

**Relações de Forças**Maria Julia de Paiva<sup>1</sup>**Resumo**

Este artigo tem como proposta uma introdução ao estudo do complexo conceito de “relações de forças” tão presente na obra do pensador italiano Antonio Gramsci, embora nem tão citado diretamente em seus escritos. A ideia foi desenvolver um pouco o conteúdo do § 16 e 17 do Caderno 13 com o objetivo de melhor definir este conceito e, a partir daí, encontrar alguns subsídios para a compreensão das forças em movimento e em disputa na realidade nacional deste momento e, poder pensar as possibilidades de mudança presente no cenário brasileiro. Gramsci nunca deixou de enfatizar, em sua obra, que é no conhecimento que se encontra a força propulsora da transformação.

**Relações de forças no Caderno 13**

O conceito de “relações de forças”, embora não apareça muitas vezes explicitamente nos escritos de Antonio Gramsci têm uma ligação orgânica, já que está integrado intrinsecamente com quase todos os temas analisados e discutidos na obra deste autor (COUTINHO, 2017, p. 682). Por esta razão, o tema é inesgotável diante da riqueza dos demais conceitos a que este está vinculado, sendo a proposta deste texto uma pequena introdução com o objetivo de evidenciar na obra de Gramsci a convicção de que a existência de um agir político ativo, não só cabe o pensamento conservador dominante, como abre também espaço para que as classes subalternas, a partir da captura do real e de seu próprio saber, percebam a relação que existe entre a forma precária de como vivem e a forma injusta como se estrutura a sociedade e assim possam propor novas formas de viver.

Gramsci (2011a, p. 21, 36) no Caderno 13, § 5 e § 17 nos fala que acredita que só é possível uma análise das forças atuantes na história de uma nação, em um determinado período, quando se estabelece quais relações existem entre a estrutura e a superestrutura e indica dois princípios encontrados em Marx. Ao fazê-lo se preocupa em mencionar a inexatidão dos

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Ciências da área de Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-RJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF) e Grupo de Estudos e Pesquisas de Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) da PUC-Rio. E-mail: [julia-paiva@hotmail.com](mailto:julia-paiva@hotmail.com)

enunciados. O primeiro que ele cita é que a “nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver” e o segundo é que “nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações”. Gramsci parte desses princípios e acrescenta que é imprescindível distinguir os movimentos orgânicos, que se caracterizam pela solidez, permanência e estrutura, dos movimentos de conjuntura que são ocasionais, que se apresentam imediatos e muitas vezes acidentais sem um alcance histórico significativo. Embora seja verdade que os movimentos de conjuntura se atrelem aos movimentos orgânicos, eles envolvem pequenos grupos dirigentes que fazem uma “crítica política miúda”, que Gramsci descreve como “política parlamentar, de corredor, de intriga” formada por “questões parciais” de uma estrutura já existente. Já os orgânicos integram grandes grupos que vão além dos dirigentes, responsáveis diretos e oportunizam uma crítica bem mais abrangente histórica e social.

As crises provenientes desses fenômenos orgânicos podem durar muito tempo e possibilitam que as contradições da estrutura se evidenciem provocando a atuação de forças políticas que lutam para manutenção da estrutura e sua superação dentro de alguns limites. Através desses esforços forma-se o terreno do ocasional onde se organizam as forças contrárias que podem ou não provar que aquela sociedade já se encontra em condições de sustentar uma nova realidade, se for o caso. Um dos problemas encontrados nestas análises históricas-políticas se dá em função da dificuldade de perceber a relação entre o que é ocasional e o que é orgânico. Inúmeros erros foram cometidos ao longo dos tempos nesta avaliação dos dois movimentos. De um lado incorrendo em um “excesso de ‘economicismo’ ou de doutrinarianismo pedante; no outro, excesso de ‘ideologismo’”. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual” (GRAMSCI 2011a, p.37).

Segundo Bianchi (2008, p. 128, 133), Croce havia acusado o materialismo histórico de separar a estrutura das superestruturas, sendo que a estrutura seria considerada, por ele, imóvel. Gramsci (2011, p. 369) no Caderno 10, § 41 I julga, portanto a acusação “vazia e superficial” e observa que a filosofia da práxis agrega a estrutura e as superestruturas conectando-as, reconhecendo a integração de ambas no desenvolvimento histórico. Considera fundamental acabar com a ideia mecanicista e eliminar o caráter milagroso e supersticioso “de fé na transformação automática da sociedade”.

Gramsci (2011a, p. 19) no Caderno 13, § 2 entende que para uma análise das relações de forças deve se levar em conta as diversas situações em que elas se encontram, isto é, é necessário avaliar os níveis em que se estabelecem as forças em disputa de uma determinada

realidade. As questões concretas como estratégias e táticas utilizadas na política devem ser expostas para se ter a verdadeira dimensão de seu significado, assim como, esclarecer o que será considerado orgânico, propaganda ou “plano estratégico”, incluindo as relações de forças internacionais e as relações sociais objetivas.

Uma mudança estrutural orgânica interfere e modifica todas as relações no campo internacional, sejam elas absolutas ou relativas, e até a posição geográfica de um “Estado nacional”, mesmo não precedendo as inovações estruturais, ele as segue reagindo na mesma proporção que as superestruturas reagem às estruturas. A vida econômica de um país pode estar em maior ou menor grau subordinada às relações internacionais e esta medida determinará a implicação de um partido nesta representação e o grau que este deverá atuar impedindo que haja predomínio de outros partidos. Sendo assim, geralmente, o partido mais nacionalista será o representante das forças vitais daquela nação e, mais do que isso, representará a subordinação econômica às nações que são hegemônicas (Gramsci, 2011a, p. 20).

Gramsci (2011a, p. 40, 41) no Caderno 13, § 17 reforça a ideia de que é fundamental uma análise das situações para não cairmos em explicações abstratas e meras repetições. Com este objetivo ele distingue três momentos no que se trata de “relação de força”: O 1º momento, diz respeito à relação de forças sociais relacionada à estrutura objetiva, que pode ser avaliada pelas ciências exatas ou físicas. Esta independe da vontade do homem e de acordo com o nível de desenvolvimento das forças materiais de produção, os agrupamentos sociais desempenham uma função e ocupam um determinado papel na produção. Aqui, Gramsci visualiza “uma realidade rebelde” que torna possível a avaliação do grau de realidade e de possibilidade de uma transformação, assim como, se tornam visíveis as ideologias nascidas no terreno das contradições criadas nesta mesma realidade.

O 2º momento, que Gramsci divide em 3 (três) graus distintos, trata da relação das forças políticas, onde se pode mensurar o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização” dos diversos grupos sociais. Observam-se aqui os graus correspondentes à consciência política coletiva: O 1º grau é o econômico-corporativo que representa o primeiro momento da consciência coletiva, o que provoca a solidariedade entre iguais categorias profissionais e percebe-se “uma unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la”, no entanto ainda não se vê a “unidade do grupo social mais amplo”. O 2º grau tem um alcance maior e desperta na consciência, a solidariedade de interesses entre todos os indivíduos do grupo social, mas apenas no tocante ao quesito economia. O Estado ainda é só uma questão de obtenção de igualdade. O 3º grau de consciência é o político, onde o conhecimento dos “próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro,

superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico”, e tornam-se “os interesses de outros grupos subordinados”. Este é o período onde pode se vir à passagem da estrutura para o campo “das superestruturas complexas”. As ideologias que foram construídas anteriormente surgem como partidos e iniciam uma disputa até que alguma, ou a combinação de algumas, prevaleça, se imponha e se propague na sociedade. Assim, é capaz de determinar não só a unicidade econômica e política, como também “a unidade intelectual e moral”. A hegemonia de um determinado grupo fundamental se concretiza sobre os grupos subordinados. O Estado é idealizado como constituição de um grupo e que se destina a possibilitar a sua máxima expansão. A partir daí são criadas condições que favoreçam este desenvolvimento e de “todas as energias ‘nacionais’”. O “grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses do grupo dominante”.

O 3º momento considerado por Gramsci é o da relação de forças militares que se divide em técnico-militar e político-militar. Bianchi (2008, p. 201) nos mostra como Gramsci no Caderno 1 descreve as estratégias de luta e como ele desenvolve um paralelo entre a guerra política e a guerra militar, que tem como fim a destruição do inimigo e conquista de um território. Diferente da guerra política que não termina necessariamente com o fim do inimigo, sendo o seu equivalente a “guerra colonial”, que após o exército ter vencido a ocupação do território se dá de forma “estável”. Assim, Gramsci descreve a luta política como uma complexa guerra onde aquele que vence desarma o vencido e o desarticula, dispersando-o, mas isso não significa o fim da disputa que continua no quesito político.

Coutinho (2017, p. 685) avalia que embora Gramsci se refira ao momento das forças militares ele o distingue em 2 (dois) graus, sendo um estritamente militar e o outro político militar e em seguida usa como exemplo um Estado que oprime uma nação que deseja a sua independência. Gramsci (2011a, p. 43) percebe que a independência almejada não poderá ocorrer apenas pela via militar, ela implica a inclusão de forças político-militares e conclui que “esse tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria”. Coutinho (2017) acredita que Gramsci não se refira “à possibilidade de aplicar esse terceiro momento às relações entre as classes sociais”.

No que diz respeito ao econômico na análise das relações de força, Coutinho (2017) menciona a contribuição de Gramsci (2011a, p. 44, 45) no Caderno 13, §17 que confirma sua colocação desde quando escrevia no jornal *L'Ordine Nuovo*, ao sublinhar que as novas realidades históricas não são causadas pelo “mal-estar ou bem-estar econômicos”, eles podem

apenas ser uma parcela da questão. As inovações podem surgir “ou porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, ou porque o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força capaz de mitigá-lo”. Gramsci, mais a frente, complementa que o mais importante é que as análises das relações de forças “não podem e não devem ser fins em si mesmas”, a menos para se escrever sobre a história do passado. As análises só terão relevância se ou quando justificam uma práxis ou uma “iniciativa da vontade”.

### **Movimento/Mudança de Equilíbrio**

No Caderno 13, § 16, fazendo uso da expressão usada por Maquiavel “realidade efetiva”, Gramsci (2011a, p. 35) se pergunta: “mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio?” Ele nos fala que o homem imediatista se engana ao se limitar à “realidade efetiva” e ao acreditar que deva somente se preocupar com o “ser” não se dedicando ao “dever ser”. Para ele, o “dever ser” está conectado com a realidade, onde as relações de forças se encontram em constante movimento, em busca de expansão e da “criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista”. O pensador sardo avalia que Maquiavel, é um homem de partido, “um político em ato” que se importa com o “dever ser” e que é capaz de criar novas relações de forças sem deixar de lado o questionamento se trata-se de um “dever ser” necessário, vontade concreta e verdadeiro desejo. Para o político em ato, a construção e a criação de novas relações de forças não pode se concretizar a partir de um vazio, ela deve partir de uma “interpretação realista e historicista da realidade”. O político é então um sujeito mobilizador. Ele se funda sobre a realidade efetiva, de fato e que é constatada publicamente.

Segundo Coutinho (2017), neste momento Gramsci coloca em posição de destaque as relações de forças que determinam a própria realidade efetiva e, pensa que a partir da vontade é possível construir um novo equilíbrio de forças progressistas, que tenham como base, forças que existam verdadeiramente e que atuem na busca do seu fortalecimento na realidade efetiva, com o objetivo de dominá-la e superá-la. Desta forma, considera-se o “dever ser” concreto, uma interpretação realista do momento embora possa ainda não ter se tornado realidade, mas que sua compreensão sirva de possibilidades de caminhos. Gramsci acredita que Maquiavel com suas posições quis mostrar como as forças históricas deveriam ser operadas para que se alcançassem êxito, sem nunca ter se proposto, ele mesmo, alterar a realidade.

## **O Brasil e as Relações de Forças em disputa**

Diferentes segmentos das sociedades tentam esclarecer os caminhos que nos trouxeram até o complexo momento que vivemos, tanto em esfera nacional quanto internacional. É inegável a presença de uma nuvem de conservadorismo, retrocesso e violência pairando sobre nossas cabeças, assim como o acirramento das forças em disputa em diversos países.

Atualmente no Brasil assistimos ao corrompimento do Estado, com o desmonte das diversas políticas públicas, o agravamento da política de extermínio da população mais pobre e negra, o aumento da precarização no trabalho, a contra reforma do ensino médio, a tutela militar, o corte na educação, a naturalização da barbárie em vários níveis, o autoritarismo crescente, a autorização de manifestações racistas, homofóbicas, xenofóbicas, etc, e uma infinidade de ações que violentam um Estado que se diz democrático.

Segundo Safatle (2019), o atual presidente Jair Bolsonaro se coloca como o artífice de uma revolução conservadora e as políticas devastadoras propostas pelo seu governo, que apontam para uma pauperização, certamente serão irreversíveis. Como o governo não tem um plano razoavelmente construído, técnico, o país torna-se “ingovernável”. Para tornar possível a governabilidade neste contexto, é preciso destruir o sentimento de solidariedade social, desenvolver a lógica do “cada um por si” e aumentar o uso da violência contra qualquer organização autônoma ou institucional que evidencie ou construa uma capacidade crítica e de mobilização social.

Para Antunes (2017) vivemos uma “contrarrevolução preventiva” no Brasil, idéia trazida por Florestan Fernandes, e aderida por ele, embora que para o sociólogo não houvesse, no momento da entrevista, a possibilidade de uma revolução. A política de conciliação de classes adotada no governo Lula e Dilma, que já não mais satisfazia ao capital financeiro pode, com a contrarrevolução preventiva, ser extinta do cenário político.

Já para Safatle (2019) existe uma revolução possível e acredita em uma energia de revolta muito presente. Para ele não é piada ou engano quando o presidente fala de marxista cultural e de comunistas. Para o filósofo é uma percepção do atual presidente do que poderá voltar no futuro, talvez em torno de 2030, e acrescenta que exatamente por este motivo, o alvo maior deste governo se fixa na juventude por ter sido, parte dela, concebida com as ocupações nas escolas e por estarem atentas as questões sociais de submissão. “É uma juventude potencialmente revolucionária” a exemplo do movimento “Ele Não” que teve seu começo a partir da iniciativa de 30 meninas nas redes sociais e diz: “Trinta garotas que não tinham partido

por trás, nada por trás, conseguiram parar o país, botar 1 milhão e meio de pessoas na rua”. Entretanto, em sua opinião, falta uma direção, uma “dinâmica de convergência” que não precisa necessariamente ser criada a partir de um partido, mas também é possível por outras formas de organização não clássicas como movimentos ou idéias que apontem uma direção.

Gramsci (2011a, p. 196) no Caderno 3, § 48 observou o valor da “espontaneidade” nos movimentos operários de seu tempo, mas também não deixou de refletir em seus textos sobre os limites a que estão submetidos os grupos subalternos quando não há uma “direção consciente”. Acredita que esta direção tem seu início na espontaneidade, mas se fortalece na educação onde encontra meios de garantir a sua continuidade. Para ele, é necessário desenvolver uma “autoconsciência crítica”, isto é, que seja histórica e política, que possa contar com organizadores e dirigentes e acrescenta no Caderno 11, § 12 que, para que um grupo se destaque e se torne independente “para si” é imprescindível que se organize e que, o aspecto teórico da ligação entre teoria e prática, “se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica”. Gramsci avalia que este é um processo longo, difícil e repleto de contradições (GRAMSCI, 2011, p. 104).

Segundo Leher (2019, p. 210), a partir de 2016 as universidades federais têm sido alvo de ações mais coercitivas e para o professor este fato está relacionado às histórias do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que foi criado em 1961, e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que eram financiados pelos Estados Unidos. Ambos tiveram papéis relevantes para possibilitar o golpe de 1964. As produções do IPES focavam na ameaça marxista e no perigo que assombrava “os valores do mundo livre”. Para Leher, hoje o discurso se repete com algumas pequenas diferenças que ele distingue: “uma diferença é o modus operandi”, no golpe de 1964 “as coerções tinham motivação explicitamente política, nos tempos atuais, as ações são efetivadas a partir de invólucro judicial-criminal”

Gramsci defendia a ideia de que em política é imprescindível considerar o momento, “as implicações sociais, éticas e passionais que contém” e ao não fazê-lo reduz-se a política “a uma técnica vazia de poder, boa para qualquer objetivo” (FROSINI, 2016, p.12,14). Sendo assim, no caso brasileiro, é fundamental uma reflexão honesta sobre os erros cometidos pela esquerda, suas contradições e a análise dos resultados dos encadeamentos provocados.

Ao acreditar que a conciliação seria a única maneira de conseguir governar, a esquerda abriu mão de um novo modelo de sociedade e se curvou ao aderir ao modelo da Nova República, sem conseguir optar pela ruptura. Esta alternativa teve como resultado uma catástrofe e impossibilitou o rompimento com a velha política e o expurgo de tudo que

representou os anos que sucederam o golpe de 1964, abrindo espaço ao crescimento e surgimento da ultra direita (SAFATLE, 2019).

Diante da insatisfação e da demonstração do desejo de transformação da sociedade, Bolsonaro era o único candidato com um discurso de ruptura e por esta razão capturou uma parcela da população e, na opinião de Safatle (2019), hoje ele governa para 30%, que representam seu eleitorado orgânico, convicto e isso basta. Seu governo tem uma lógica bélica, de embate muito visível e para ele, o importante é a garantia de um grupo pequeno, mas mobilizado e “aguerrido”. Os outros 70% da população não ameaçam, por enquanto, já que se encontram desmobilizados. Com energia, mas sem mobilização.

Parece fundamental, nesses tempos sombrios, que a esquerda pare e seja capaz de uma avaliação sincera como propõe Safatle (2019). A capacidade da autocrítica e a possibilidade de repensar os erros fortalecem e têm o poder da renovação.

### **Considerações Finais**

Como constatado por Coutinho (2017) e lembrado no início deste artigo, o conceito de “relações de força” envolve e está conectado com quase todos os outros que fazem parte do conjunto de textos escritos por Gramsci. Cabe destacar que a preocupação de Gramsci, ao longo da vida, foi encontrar caminhos que possibilitem a emancipação dos subalternos e para isso acreditou ser fundamental a compreensão e a análise da realidade.

É essencial destacar as forças que atuam na luta e não cair no engano de simplesmente considerar um movimento democrático apenas pela autodenominação ou por este se colocar na posição de ser representativo. Segundo Frosini (2011, 2013, p. 31), Gramsci acredita que a hegemonia de uma nova cultura só se dá quando expressa uma verdade universal, sendo esta entendida como: “a verdade é uma posição interna ao conflito, representa a existência histórico-política de uma classe social lutando com as outras para afirmar-se.”

Para Frosini<sup>2</sup> (2013, p. 33) Gramsci apreende de Marx que: “a única universalidade verdadeira é a que surge na prática, e é, portanto, sempre parcial, porque os processos de unificação de uma sociedade dividida em classes sempre deixam uma margem não absorvida, um resíduo de passividade e de violência”.

---

<sup>2</sup> Fabio Frosini desenvolve com detalhes o processo de interpretação desenvolvida por Gramsci na leitura que este faz do pensamento de Marx no artigo “A ‘história integral’ desde a perspectiva dos subalternos”.



Ao filósofo da práxis cabe traduzir o que vem das massas criando estratégias, para o alcance de realizações. Entretanto, não é possível a existência de uma teoria geral porque ela sempre será falsa e não há uma verdade que seja eterna. O filósofo comprometido com a filosofia da práxis deve estar convencido que está buscando a verdade e que a filosofia se transformará em ideologia quando seu caráter for verdadeiro, assim a ideologia é vista como resultado do pensamento organizado de um grupo que deseja atuar e o seu valor pode ser determinado pelo grau de conexão que tem com a realidade, porém não devemos perder de vista que a produção da verdade tem caráter transitório. Gramsci abre uma direção completamente nova. É preciso enxergar a realidade não de forma segmentada, mas sim como uma unidade dialética. A verdade é prática e a filosofia tem que ser prática.

Gramsci ampliou a Teoria de Estado e compreende uma nova relação entre sociedade civil e sociedade política que, para ele, significa “lugar de consenso”. Ele analisa a realidade histórico-social partindo de uma concepção dialética, onde Estado e sociedade civil devem ser entendidos de maneira que não se possa falar de um sem o outro (LIGUORI, 2007, p.14).

Assim, é primordial articular todas as forças presentes e não apenas a econômica ou a cultural ou religiosa, etc., mas sim um conjunto, uma totalidade que resulte em uma unidade orgânica. Quando uma classe se torna hegemônica, ela tem a capacidade de se conciliar com outras classes pactuando alguns interesses. Gramsci entende e valoriza que a luta por uma hegemonia não se limita aos aspectos econômicos e políticos, ela implica um aspecto cultural que possibilita à implicação do sujeito, a tomada de posição, a busca da liberdade e da transformação da realidade. Cultura aqui passa a ocupar um lugar de mecanismo da “práxis política” e através dela a possibilidade de uma consciência capaz de construir histórias (LOLE et al, 2018, p. 48).

## Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Entrevista concedida a Gabriel Brito*. Correio da Cidadania, 23-12-2017. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574907-2017-o-ano-que-nao-deveria-ter-existido-entrevista-com-ricardo-antunes](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574907-2017-o-ano-que-nao-deveria-ter-existido-entrevista-com-ricardo-antunes) Acesso em: 27 de maio de 2019.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Verbete Relações de Forças*. In: LIGOURI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs); CHIARINI Ana Maria et al (tradução); NOGUEIRA, Marco Aurélio (revisão técnica). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. 1ª Ed. –São Paulo: Boitempo, 2017.
- FROSINI, Fabio. Mini curso: *Filosofia da praxis de Antonio Gramsci Marxismo/Filosofia da práxis*. Nufipe-Universidade Federal Fluminense. 25-26 de agosto. Niterói-Rio de Janeiro: 2011.
- \_\_\_\_\_. *A “história integral” desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma teoria marxista da história*. *Crítica Marxista*, n.37, p.27-46, 2013.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel o revolucionário*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. São Paulo, Ed. Ideias e Letras, 2016.

GRAMSCI, ANTONIO. *Cadernos do Cárcere*, volume 1. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Carlos Nelson Coutinho (editor e tradutor), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (co-eds). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

LEHER, Roberto. *Autonomia universitária e liberdade acadêmica*. Revista Contemporânea de Educação. Vol. 14, nº 29, Jan/Abr. 2019.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Luiz Sérgio Henriques (tradutor). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Estado e sociedade civil e as relações entre o público e privado no Brasil: reflexões a partir do pensamento de Antonio Gramsci. In: LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni, SILVA, Tavares Percival. *Estado e Vontade Coletiva em Antonio Gramsci*. Ed. Mórula, Rio de Janeiro, 2018.

SAFATLE, Vladimir. *Ataque à juventude é eixo de Bolsonaro*. Entrevista concedida a Tutameia. DCM em 15 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-ataque-a-juventude-e-eixo-de-bolsonaro-por-vladimir-safatle/> Acesso em 27 de maio de 2019.